

Educação no Âmbito da creche Uma Análise da Formação de Professores

*Marcia Gervasi*¹
*Aparecida Luvizotto Medina Martins Arruda*²

Resumo

Este trabalho acadêmico resulta de uma pesquisa realizada no município de São Roque, onde procuramos fazer uma análise do desenvolvimento histórico da creche com suas alterações e sobre a formação do professor. A creche teve seu início de forma assistencialista, voltada para a preservação da saúde pública e atendimento de crianças de classe baixa, cuja preocupação era com a higiene, alimentação e segurança física da criança, evitando que esta ficasse exposta a ambientes insalubres, como a rua, enquanto seus pais trabalhavam. Com a Constituição de 1998 é reconhecida a educação em creches e pré-escolas como um direito da criança e dever do estado. O inciso IV do Art. 208, cria uma obrigação para o sistema educacional, com o “atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade” (CF, 1988). Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Federal nº 9.394/96, a educação infantil é definida como primeira etapa da educação básica e, com isso, foi necessário um novo olhar para os profissionais, cuja formação para lecionar na creche precisa ser de qualidade, constantemente atualizada e valorizada em todos seus aspectos.

Palavras- chaves: Creche. Formação do professor. Criança.

INTRODUÇÃO

O interesse por este tema - a Creche, surgiu com as mudanças ocorridas na Educação, nas últimas décadas. A busca demasiada por vagas e o aumento de escolas particulares investindo em berçários e falta de creches públicas e por ser importante e preciso ter um olhar diferenciado para esta faixa etária, pois ao longo da história a creche era considerada apenas como caráter assistencialista e para família.

¹ Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de São Roque, Fac São Roque, 2013.

² Mestre em Educação pela UNISO/SP; Especialização em Gestão Escolar pela UNICAMP e Didática do Ensino Superior pela UNINOVE; Pedagoga e Pós-Graduada em Supervisão Escolar, Direito Educacional e Gênero e Diversidade na Escola pela UFSCAR. Professora da FAC São Roque.
Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 6 – nº 1 - 2015

a criança ao longo da história ligada ao adultocentrismo, em que sua cultura, sua maneira de ser, agir, estava ligado ao adulto e ao seu mundo, deixando a criança como um ser sem necessidade do educacional, voltando-se para o assistencialismo com os aspectos diante o cuidar.(KRAMER 2002, apud SOARES, 2010, p.1)

Com as mudanças que estão ocorrendo na educação infantil, o professor está vivenciando esta nova realidade no âmbito da creche e o nosso objetivo é averiguar a formação do professor de educação infantil, especificamente os de creche.

esclarecer a educação infantil e a história da creche torna-se uma história de conquista, que merece ser apresentada ao leitor ao longo desta pesquisa para se compreender a importância da formação do professor de educação infantil desde a menor idade, considerando que a criança tem sua individualidade, especialidade, capaz de criar, recriar, fantasiar, brincar, agir, diante o objeto e a situação, promovendo assim o desenvolvimento desta.(OLIVEIRA 1992, apud SOARES, 2010, p.2)

A primeira parte do trabalho acadêmico relata um breve histórico da creche e o seu surgimento na Europa e no Brasil. A creche é uma instituição que foi criada para suprir as necessidades da sociedade moderna, produzidas por um sistema econômico capitalista.

O surgimento da creche no Brasil acompanhou a crescente urbanização e o aumento da necessidade da mão de obra, desde a liberação da mulher mãe para o mundo de trabalho, até na preparação de pessoas nutridas e sem doenças.

a história do atendimento à infância corresponde a uma fase exclusivamente filantrópica; uma segunda acrescenta-se uma preocupação e uma orientação higiênico-sanitária e uma terceira de caráter marcadamente assistencial e, finalmente, uma fase em que aparece uma dimensão educacional.(MERRISSE, 1997,apud RUIZ, 2011, p.5)

É importante ter um olhar diferenciado para esta faixa etária, pois ao longo da história, a creche era considerada com caráter assistencialista, não havendo a preocupação com o desenvolvimento cognitivo e psicológico das crianças. O requisito inicial para trabalhar em creche era, de preferência serem mães, mulheres que gostassem de crianças, o que era o suficiente para trabalhar.

Encravada entre a família e a escola, a creche oscila entre as funções e significados dessas duas outras instituições tão bem demarcadas no interior da sociedade. Na verdade, é com a família que a creche mais tem disputado e buscado conquistar espaço, na medida em que essa é a instituição tradicionalmente encarregada de cuidar e de educar a criança pequena. Por isso mesmo a creche tem geralmente sido identificada como uma instância destinada a suprir a lacuna que resulta da incapacidade da família em cumprir sua função. Ressalta-se, assim, na história dessa entidade uma forte conotação assistencialista que insiste em manter-se presente até

A segunda parte refere-se às leis, que passaram a creche de assistencialista, como parte integrante da Educação Básica, conforme dispõe a LDB:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social complementado a ação da família e da comunidade. (LDB, 1996, Art, 29)

Na terceira parte descrevemos sobre o professor de creche, a sua formação e a sua atuação no desenvolvimento psicológico e cognitivo das crianças.

É necessária uma busca diária para atualização, aperfeiçoando os seus conhecimentos gerais e acadêmicos; atento na fusão entre cuidado e educação.

A creche deve oferecer à criança um ambiente educativo com a compreensão do mundo à sua volta e de si mesma, o que proporciona momentos de aprendizagens, interações sociais e construção de significados, em um contexto de vivência e aprendizagem. Esses momentos que a creche desencadeia, junto a um planejamento adequado, estimula o desenvolvimento da criança, o que necessita de uma formação específica do professor, para atuar neste meio.

Falar da creche ou da educação infantil é muito mais do que falar de uma instituição, de suas qualidades e defeitos, da sua necessidade social ou da sua importância educacional. É falar da criança. De um ser humano, pequenino, mas exuberante de vida. (DIDONET, 2001, apud PASCOAL; MACHADO, 2009, p.79)

Na quarta parte, foi realizada uma pesquisa de campo, no município de São Roque, onde pudemos fazer uma análise comparativa de uma instituição pública e uma instituição privada, apontando suas diferenças.

Encerramos verificando a falta de valorização do profissional que trabalha na creche, que conta com professores formados e com pós-graduação, mas que estão desmotivados, embora demonstrem ter, conforme entrevistas realizadas, um grande potencial.

1 HISTÓRICO DA CRECHE

1.1 O SURGIMENTO NA EUROPA

As primeiras instituições criadas para esse fim na Europa eram conhecidas como salas de asilo ou salas de custódia. Seu objetivo era amparar a infância pobre e tinham, como única preocupação, a guarda pura e simples dessas crianças, o que era feito em instalações bastante impróprias e com procedimentos que não envolviam

qualquer preocupação educativa com práticas pedagógicas adequadas e planejadas. (KISHIMOTO, 1988, apud, SPADA, 2013, p.2)

Os atendimentos iniciais à primeira infância foram feitos pela Casa dos Expostos ou “roda dos expostos” criada na Europa no século XII, na idade Média. As “Rodas” tinha a função de salvar recém-nascidos, cujas mães que por algum motivo não queriam o filho, como pobreza ou adultério, deixava o seu bebê, girava a “roda”, tocava o sino e retirava-se. Do outro lado, uma irmã de caridade recolhia a criança.

A “roda” era uma referência ao mecanismo onde se depositavam as crianças: um cilindro oco de madeira, com uma pequena abertura, que girava em torno de um eixo horizontal. A criança era colocada na abertura, pelo lado de fora da instituição. Girando-se a roda, ela passava para o lado de dentro, de tal modo que o depositante não podia ser visto, impedindo-se, assim, sua identificação. Antes de servir a essa finalidade, esse mecanismo era incrustado nos muros dos conventos e permitia que neles fossem depositadas cartas, alimentos e outras coisas destinadas aos frades ou às freiras. Com o tempo passou a receber também bebês enjeitados (MERISSE, 1997, p. 28, apud SPADA, 2013, p.3)

Iniciou-se na Europa, em 1767, pelo padre Oberlin, na França, com a “Escola do Tricô”; depois surgiu na Escócia, em 1816, criada em 1816 por Robert Owen, na Escócia. Fundou o “Instituto para Formação de Caráter”, que era organizado em três etapas, dos 3 anos aos 20 anos.

Em 1873, na Alemanha, foi criado por Froebel o “Jardim de Infância” e suas ideias reformularam a educação, pois ele inspirou-se no amor à criança e à natureza. A essência de sua pedagogia eram as ideias de atividade e liberdade.

Os estudos que atribuem aos Jardins de Infância uma dimensão educacional e não assistencial, como outras instituições de educação infantil, deixam de levar em conta as evidências históricas que mostram uma estreita relação entre ambos os aspectos: a que a assistência é que passou, no final do século XIX, a privilegiar políticas de atendimento à infância em instituições educacionais e o Jardim de Infância foi uma delas, assim como as creches e escolas maternas. (KUHLMANN, 2001, p. 26, apud (PASCOAL; MACHADO, 2009, p.81)

No século XIX, devido às mudanças ocorridas na economia, que acompanhavam a estruturação do capitalismo, houve a passagem do modo de produção doméstica para o fabril, provocando a reorganização da sociedade para atender às novas exigências de produção e houve uma nova organização familiar as mulheres passaram a trabalhar fora. Então, houve a necessidade da mão de obra feminina, o que levou as mães a deixarem seus filhos pequenos nas creches.

Criou-se uma nova oferta de emprego para as mulheres, mas aumentaram os riscos de maus tratos às crianças, reunidas em maior número, aos cuidados de uma única, pobre e despreparada mulher. Tudo isso, aliado a pouca comida e higiene, gerou um quadro caótico de confusão, que terminou no aumento de castigos e muita pancadaria, a fim de tornar as crianças mais sossegadas e passivas. Mais violência e mortalidade infantil. (RIZZO, 2003, p. 31, apud PASCOAL; MACHADO, 2009, p.81)

No início do século XX, na Itália, Maria Montessori trabalhou com crianças pobres de um bairro operário e fundou a “Casa Dei Bambini” (Casa das Crianças). Ela assumiu a defesa dos direitos da infância e fez um estudo experimental da natureza da criança, que deveria ter o seu desenvolvimento por meio de atividades de práticas cotidianas.

No início do século XX, na Inglaterra, foi criada a “Instituição Infantário”, pelas irmãs Margaret e Raquel McMillane. Com a exceção dos jardins de infância de Froebel, todos os outros programas foram iniciados para melhorar a vida das crianças pobres, para facilitar a vida das mães operárias.

Foto 1 – O infantário



Fonte <<http://www.avisala.org.br/index.php/assunto/espaco-educativo/parece-magica-mas-nao-e/>>. Acesso em 7 nov. 2013.

O infantário era um tipo de parque extremamente opressivo, que foi usado nas creches antigas na França.

“A creche é um termo francês Creche, que equivale à manjedoura, presépio, foi uma das designações usadas para referir-se ao atendimento de guarda e educação fora da família a crianças pequenas.” (RUIZ, 2011, p.4)

1. 2 O SURGIMENTO NO BRASIL

No Brasil a creche é constituída de forma peculiar, pois nos países europeus ela foi proposta em função do trabalho industrial feminino. Assim, as creches populares foram criadas com o objetivo de não só de atender as operariam industriais, mas também os filhos das escravas que trabalhavam como empregada doméstica. (FARIA,1997, apud RUIZ,2011, p.5)

No Brasil, como na Europa, havia “Rodas dos expostos”, também conhecida como “Roda dos Enjeitados”, “Janela de Moises” e “Roda da Misericórdia”, trazida de Portugal,foi estabelecida na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, inicialmente em Salvador/BA em 1734, depois no Rio de Janeiro/RJ em 1778, Recife/PE em 1789 e em São Paulo/SP em 1825.

Essas instituições acolhiam as crianças, que passavam a ser responsabilidade da Irmandade para cuidados, alimentação e educação, até que completassem a maioridade.

Foto 2 - A antiga "Roda dos Expostos" que se encontra no Museu da Santa Casa de São Paulo (SP)



Fonte: <<http://blogdafamiliacatolica.blogspot.com.br>>. Acesso em 23 mar. 2013.

Seu papel principal era a preservação da vida humana, onde milhares de crianças tiveram oportunidade de sobreviver, graças à sua existência e da Irmandade que atendeu as necessidades sociais da época, da mesma maneira que continua prestando assistência em seus hospitais à população carente.

As creches, acompanhando a urbanização e a necessidade de reprodução da força de trabalho, para permitir que as mães trabalhassem, prestavam apenas atendimentos nas áreas de saúde, alimentação e segurança física, visando suprir a carência econômica da família e diminuindo o alto índice de mortalidade infantil.

No início do século XX, a família era a única responsável pelos cuidados com a criança. As crianças durante a fase de transição para o período industrial, na falta da mãe, ficavam com parentes ou em instituições de guarda, normalmente sob a responsabilidade de entidades religiosas (que tinham caráter de lar substituto).

Diferenciando-se de países industrializados, o Brasil dá início à organização das primeiras creches no começo deste século (século XX), com uma clientela composta basicamente de filhos de indigentes e órfãos.

Em São Paulo, as creches atendem principalmente o contingente de mulheres e crianças na extrema miséria, que aumentam os núcleos urbanos, fruto do deslocamento de populações pobres, em busca de melhores condições de vida. (KISHIMOTO, 1988, p. 24, apud SPADA 2005, p.3)

As creches eram, em sua maioria, de responsabilidades filantrópicas. Estas, com o tempo, passaram a receber, além de donativos das famílias mais ricas da região, a ajuda governamental para o desenvolvimento de seu trabalho. Em relato da autora Oliveira et al (1992, p.19), a creche era para poucas famílias que não podiam sustentar-se.

Ela era também defendida, naquele período, por médicos e sanitaristas que cuidavam da saúde pública, preocupados com a higiene das condições de vida da população mais pobre, pois as crianças destas famílias eram vítimas de frequentes infecções.

O médico e sanitarista Carlos Artur Moncorvo Filho defendia ser responsabilidade do governo federal a assistência infantil em todas as instituições, cuja função fosse proteger a infância com o objetivo de resguardar as crianças dos efeitos nocivos da miséria e da delinquência. Ele organizou instituições, por meio das quais pretendia estabelecer um modelo institucional à infância, que abarcasse a proteção ao menor carente em todo o Brasil.

Em resumo, o trabalho junto às crianças nas creches, no início do século XX, eram de cunho assistencial-custodial³, cuja preocupação era com alimentação, higiene e segurança física das crianças, não sendo um trabalho voltado para a educação, desenvolvimento intelectual e afetivo.

Tínhamos no Brasil também, um Departamento da Criança, cuja responsabilidade caberia ao Estado, mas foi mantido na realidade por doações, que possuía diferentes tarefas: realizar histórico sobre a situação da proteção à infância no Brasil; fomentar iniciativas de

³Custodial: que protege, que cuida.

amparo à criança e à mulher grávida pobre; publicar boletins; divulgar conhecimentos; promover congressos; concorrer para a aplicação das leis de amparo à criança e uniformizar as estatísticas brasileiras sobre mortalidade infantil.

A partir de 1930, com a aceleração dos processos de industrialização e urbanização, manifestam-se elevados graus de nacionalização das políticas sociais, assim como a centralização do poder.

Com as constantes dificuldades nas relações entre operários e patrões, em 1943, Getúlio Vargas criou uma legislação específica, a C.L.T. (Consolidação das Leis de Trabalho), determinando para as empresas a criação de berçários para os filhos de operárias no período de amamentação, abrindo espaço para entidades, por meio de convênios, junto às empresas. Porém, o governo não fiscalizou a oferta de berçários nas empresas e a conquista, na prática, não foi efetivada.

A discussão sobre creche continuou e o que era somente promoção social para os menos favorecidos, estava sendo uma grande procura para aqueles que não tinham onde deixar seus filhos e que precisavam trabalhar.

O governo solicitou que outras entidades de atendimento à criança participassem e fossem mantidas pelos governantes. A partir dessa concepção, surgiram vários órgãos de amparo assistencial e jurídico para a infância, como o Departamento Nacional da Criança em 1940; Serviço de Assistência ao Menor - SAM, 1941 e a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor - FUNABEM; Legião Brasileira de Assistência - LBA em 1942 e Projeto Casulo; do Fundo das Nações Unidas para a Infância UNICEF, em 1946; o Comitê Brasil da Organização Mundial de Educação Pré-Escolar em 1953; Campanha Nacional de Alimentação Escolar - CNAE em 1955; Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição em 1972; e Coordenadoria de Educação Pré-Escolar - COEPRE em 1975.

A principal entidade era a LBA que, embora um pouco deficitária, se expandia por todo o território nacional.

A oferta de creche para crianças oriundas de famílias pobres teve continuação, pós-1964, nos governos militares e continuaram como equipamento de assistência às crianças carentes, como favores prestados à criança e à família, intensificando a ajuda do governo às entidades filantrópicas. Muitas dessas entidades passaram a oferecer uma educação que compensasse aqueles que eram marginalizados e carentes, defendendo a estimulação cognitiva e o preparo para a alfabetização.

Um elemento que influenciou muito nessa orientação técnica foi a teoria da “privação cultural” invocada nas décadas de 60 e 70, no Brasil e no exterior, para explicar a marginalidade das camadas sociais mais pobres. A partir delas, considerava-se que o atendimento à criança pequena em creches possibilitaria a superação das precárias condições sociais a que ela estava sujeita, através de uma “educação compensatória”, sem alteração das estruturas sociais existentes na raiz daqueles problemas. Em razão disso, começaram a ser elaboradas propostas de trabalho em algumas creches e pré-escolas públicas, responsáveis pelo atendimento às crianças de famílias de baixa renda, defendendo a estimulação cognitiva e preparo para a alfabetização. (OLIVEIRA et al, 1992, p.20). Todavia, as pré-escolas particulares, naquela época, estavam mudando a visão de educação infantil, mudanças estas que aconteciam para uma população socialmente privilegiada, a classe média, que se encontrava em grande crescimento. Essas pré-escolas já tinham uma preocupação com a criatividade, a sociabilidade, o desenvolvimento infantil como um todo.

Na segunda metade da década de 70, período de maior abertura política, necessária para dar vazão às tensões sociais latentes no país, observa-se o estabelecimento de uma nova política de atendimento às reivindicações populares em geral. Modificações significativas na forma de conceber o Estado e os direitos do trabalhador fizeram com que as mães trabalhadoras pressionassem cada vez mais o Poder Público e as empresas para organizarem e manterem creches.

Foto 3 – Movimento de luta por creches



Fonte <<http://www.avisala.org.br/index.php/assunto/espaco-educativo/parece-magica-mas-nao-e/>>. Acesso em 7 nov. 2013.

Um programa nacional de educação pré-escolar de massa- o Projeto Casulo, criado em 1977 para liberar a mãe para o trabalho, tendo em vista o aumento de renda familiar, foi implantado, não pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), mas pela Legião Brasileira de Assistência. Esse projeto orientava monitoras com formação, no então segundo grau de ensino, para coordenarem atividades educacionais, que conviviam com medidas de combate à desnutrição. De 1977 a 1987, a LBA passou a atuar na área da Creche, atendendo 3107 municípios brasileiros.

O Projeto Casulo foi organizado em muitos municípios brasileiros, atendendo, em período de quatro ou oito horas diárias, um número gigantesco de crianças: 300 mil crianças, com prioridade para as mais velhas, em 1981, e 600 mil crianças em 1983. Foi implementado apenas em quatro Estados, em 1981 transformou-se no principal programa da instituição. O programa de creches da LBA, desde sua fixação até 1987, apenas 3% eram mantidas financeiramente pela LBA, esta apresentava algumas características estáveis: tratava-se de um programa nacional provavelmente único.

Outra instituição que se preocupou em atender a essa demanda de crianças foi a FUNABEM (Fundação Nacional do Bem Estar do Menor), que atendia prioritariamente as crianças em situação de “risco social”, referindo-se à população pobre.

Mais preocupante que a falta de um modelo próprio, era o peso que a creche carregou, principalmente no Brasil, nas políticas adotadas pelos governantes, a ideia de creche era tida como um equipamento social de assistência à criança carente, sendo o exemplo de Justiça Social do Brasil.

A desconsideração dos direitos da criança por um lado, e o grande número de crianças em situação de pobreza de outro, faziam com que os governos e entidades beneficentes fossem pressionados a procurar o atendimento assistencial através da creche, solucionando as injustiças sociais. A oferta de creches por si só, sem outras medidas gerais de combate à pobreza, não conseguiu resolver um problema tão amplo.

Esta “função social” emprestou à creche um caráter emergencial, provisório e assistencial, que geralmente traduziu-se em falta de continuidade dos programas, escassez de recursos e baixa qualidade de atendimento, ambiente com poucos recursos à disposição das crianças, número reduzido de profissionais com a falta de formação e reconhecimento profissional.

O movimento de luta por creches foi criado com a ajuda da população que necessitava desse tipo de serviço, tendo um papel importante na definição de uma política municipal, modificou radicalmente a concepção de creche frente à opinião pública e aos próprios grupos de mulheres. A creche, antes tida como orfanato ou simplesmente um depósito de criança, passa a ser vista como um equipamento social e educacional, como um direito da criança e da família trabalhadora.

O movimento de luta por creches reafirmou as seguintes posições: a creche como um equipamento educacional e não como um depósito de crianças; a ampliação de creches na rede pública, para atender a grande demanda, não só a população carente, mas também a trabalhadora; criação de um canal de participação da comunidade na gestão do equipamento através da comissão de creche.

Todos esses fatos foram importantes, apesar de não resolverem o problema do assistencialismo; pois faltava um apoio político.

Conforme Campos; Rosemberg e Ferreira (1993),

(...) o próprio avanço do debate ideológico e do nível de organização dos movimentos sociais voltados para essa questão levaram a que, apesar da permanência de estruturas administrativas confusas, paralelas e ineficientes, houvesse um aumento relativo da oferta de vagas pelo poder público. O impacto do movimento feminista é identificado como um dos fatores importantes na explicação dessas mudanças. (CAMPOS; ROSEMBERG; FERREIRA, 1993, p.15)

Em meados dos anos 80, a função da creche, suas especificidades e sua identidade não estavam claramente definidas.

Já em 1988, a Constituição reflete o movimento recente de repensar as funções sociais da Creche, que passa a ser reconhecida como instituição educativa: “um direito da criança, uma opção da família e um dever do Estado” (CF, Art 208, inciso IV.), confirmado pela LDB 1996 (Artigo 30, Incisos I e II), opondo-se à visão de favor prestado à criança pobre, com funções apenas assistencialistas e de substituição da família.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, concretizou as conquistas dos direitos das crianças promulgados pela Constituição.

“A creche para as crianças de 0 a 6 anos, foi vista como muito mais do aperfeiçoamento das Casas de Expostos, que recebiam as abandonadas crianças; pelo contrário, foi apresentada em substituição ou oposição a estas, para que as mães não abandonassem suas crianças. Além disso, não se pode considerar a creche como uma iniciativa independente das escolas maternas ou jardins de infância, para as crianças de 3 ou 4 a 6 anos, em sua vertente assistencialista, pois as propostas de atendimento educacional ‘a infância de 0 a 6anos tratam em conjunto das duas iniciativas, mesmo que apresentando instituições diferenciadas por idades e classes sociais’”(KUHLMANN,1998,p. 82, apud SPADA,2007, p. 4)

Na área de educação Infantil, o debate que acompanhou a discussão de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na Câmara de Deputados e no Senado Federal, impulsionou diferentes setores educacionais, particularmente universidades e instituições de pesquisa, sindicatos de educadores e organizações não governamentais em defesa de um novo modelo de educação Infantil.

2. A EVOLUÇÃO DA CRECHE NOS ASPECTOS POLÍTICO E JURÍDICO

Até 1960 o sistema educacional brasileiro era centralizado e seguido por todos os estados e municípios. Com a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1961, os órgãos estaduais e municipais ganharam autonomia.

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 24 de janeiro de 1969 mesmo com a importância da Educação Pré-Escolar em 1971 ainda tinha muito a ser feito uma legislação específica.

Na Lei nº 3807 de 26/8/60, constava:

Artigo 389 [...] § 1º. – Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 (trinta) mulheres com mais de 16 (dezesesseis) anos de idade terão local apropriado

onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos, no período de amamentação.

§ 2º - As exigências do § 1º, poderá ser suprida por meio de creches distritais, mantidas diretamente ou mediante convênios com outras entidades públicas ou privadas, pelas próprias empresas, em regime comunitário, ou a cargo do SESI (Serviço Social da Indústria), do SESC (Serviço Social do Comércio), da LBA ou das entidades sindicais. [...]

Artigo 397 – O SESI, o SESC, a LBA e outras entidades públicas destinadas à assistência da infância manterão ou subvencionarão, de acordo com suas possibilidades financeiras, escolas maternas e jardins-de-infância, distribuídos nas zonas de maior densidade de trabalhadores, destinados especialmente aos filhos das mulheres empregadas. [...]

Artigo 399 – O ministro do Trabalho e Previdência Social conferirá diploma de benemerência aos empregados que se distinguirem pela organização e manutenção de creches e de instituições de proteção aos menores em idade pré-escolar, desde que tais serviços se recomendem por sua generosidade e pela eficiência das respectivas instalações.

2.1A CONSTRUÇÃO DAS IDEIAS SOBRE CRECHE

Foi na transição das décadas 80 para 90 que a legislação brasileira foi avaliada, com o intuito de desenvolver melhor atendimento para as crianças na educação, através de vários debates com uma ampla participação dos movimentos comunitários, dos movimentos de mulheres, dos movimentos de trabalhadores, a luta dos próprios profissionais da educação com o propósito de estabelecer um novo pensar sobre a educação, uma proposta inovadora para a educação de 0 a 6 anos.

Vários documentos foram elaborados, os quais enfocaram a questão de qualidade na educação infantil, onde apresentaram grandes avanços com um novo olhar para a criança e reconheceram a importância do direito dela ser atendida em creches e pré-escolas, passando a ser um atendimento educacional e não apenas a assistencialista.

De acordo com Campos (1995 p. 17), surgem pela primeira vez na história, através da Constituição do Brasil, os direitos específicos da criança, sem vínculos ao âmbito familiar, sendo que menciona com clareza a creche como direito da criança, opção da família e dever do estado (ART. 208, INCISO IV).

Constituições passadas limitavam-se ao atendimento das expressões como “assistir” ou “amparar a maternidade e a infância” e, com avanço extremamente significativo para a educação, com a nova carta, houve o amparo de forma concreta à educação dessa criança.

O atendimento da creche e pré-escola, supondo uma integração entre elas, relacionado à área de educação, representou um grande avanço na superação do caráter assistencialista para essa faixa etária, o que foi uma mudança considerável.

Através do Art.208, inciso IV, a Constituição cria uma obrigação para o sistema educacional, com o “- atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”.

Com o desenvolvimento de políticas públicas para essa faixa etária, instituições foram criadas para o atendimento da demanda, destinando-se a uma clientela diferente: uma criança e uma família com direitos garantidos.

Reafirmando a principal lei referente aos direitos das crianças e adolescentes brasileiros, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA foi promulgado dois anos após a Constituição Federal, em 1990. Nele, o dever do Estado em relação à educação infantil é descrito no artigo 54, inciso IV, da mesma forma como está na Constituição, colocando a criança e o adolescente como prioridade nacional. Mas, atualmente, a maioria das mudanças na área de educação infantil resulta da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

A LDB define entre outras coisas

“a educação infantil, primeiro etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social complementado a ação da família e da comunidade”. (LDB, 1996, ART.29).

Em seu primeiro artigo a atual LDB dispõe sobre a educação e seu caráter social, de modo que os direitos da criança, no que diz respeito à educação, assegurados na Constituição e no Estatuto da Criança e do Adolescente, transformam-se em diretrizes e normas, que deverão ser regulamentadas em uma série de procedimentos. Com isso, a LDB pretende valorizar as atividades desempenhadas nas creches e pré-escolas, ressaltando a integração do cuidado com a educação. A oferta de educação nesta faixa etária foi fundamental para que fosse garantido o direito de acesso e de permanência na creche.

No artigo 227, capítulo VII – Da Família, da Constituição Federal/88, encontramos a seguinte afirmação:

“É dever Da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer; à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de

negligência, discriminação, exploração, violência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. (BRASIL, CF, 1988)

De acordo com Souza e Silva (1997, apud SOARES, 2010,p.2), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (1996) complementa a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), ao envolver questões reais do cotidiano escolar, com embasamento em políticas públicas e o planejamento educacional, fundamentais para uma educação de qualidade.

A LDB, Lei nº 9.394/96, em seu primeiro Artigo dispõe sobre a educação e seu caráter social, de modo que envolve a família, a convivência humana, associada então à prática social. (SAVIANI, 1997, apud SOARES, 2010 p.2)

Com a aprovação da nova LDB, houve uma conquista histórica, que tira as crianças pequenas carentes, inicialmente pela forma do assistencialismo empregada anteriormente pelas entidades de creche, de seu confinamento em instituições vinculadas a órgãos de assistência social. Ela atribuiu flexibilidade ao funcionamento de creches e pré-escolas, permitindo a adoção de diferentes formas de organização e práticas pedagógicas.

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I- creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II- pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Definiu níveis de responsabilidade sobre a regulamentação da educação infantil, (autorização, credenciamento, supervisão e avaliação institucional) dentro de sistemas de ensino estaduais e municipais enquanto sistemas próprios e integrados. (LDB, 1996)

Além disso, novas concepções acerca do desenvolvimento da cognição e da linguagem modificaram a maneira como eram pensadas as propostas pedagógicas para a área.

O Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI), formulado pelo Ministério da Educação (MEC) em 1998 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, que foram definidas pelo Conselho Nacional de Educação, como proposta para a primeira etapa da educação Básica: a educação Infantil, onde apresentam objetivos gerais e específicos, conteúdos didáticos organizados para diferentes faixas etárias entre 0 a 6 anos. Não é um documento de caráter obrigatório para ser executado pelas instituições de educação infantil, mas apresentam uma articulação das políticas nacionais.

O RCNEI é estruturado de acordo com as idades (0 a 3 anos e 4 a 6 anos) e em dois âmbitos de experiências: formação pessoal e social e conhecimentos de mundo.

Muitos documentos foram avaliados e elaborados, os quais enfocaram a questão de qualidade na educação infantil.

A educação deu início à uma trajetória a ser trilhada, em busca da qualidade de atendimento, envolvendo ainda questões das políticas públicas, decisões de ordem orçamentária, políticas de recursos humanos, estabelecimento de padrões de atendimento que garantam espaço físico adequado, materiais em quantidades e qualidades suficientes e à adoção de propostas educacionais, compatíveis com a faixa etária.

3. FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE CRECHE

Desde a criação do Departamento da Criança no Brasil, em 1919, e mais tarde, no Departamento Nacional da Criança – DNCr, em 1940 houve uma preocupação com a produção e divulgação dos conhecimentos produzidos na área. No entanto, este tipo de discussão permaneceu quase restrito à esfera médica, dos sanitaristas e higienistas. (KRAMER, 1995; VIEIRA, 1988, apud VOLPATO; MELLO 2005 p.724)

Nos vinte e nove anos de existência, o Departamento Nacional da Criança postula a educação pré-escolar como uma extensão do lar. O papel do educador de creche (0 a 3 anos) e do jardim de infância (4 a 6 anos) era cuidar e não instruir, zelando pela saúde, providenciando alimentação e repouso adequados, cooperando e observando a criança nas suas descobertas.

A formação dos educadores apontava como solução a organização de cursos regulares nas escolas normais ou institutos de educação, sendo que a lei orgânica do Ensino Normal incluía, nos cursos de especialização, o de educação pré-primária. Além disso, deveriam ser promovidas palestras, visitas às instituições de educação pré-escolar, organização de estágios e cursos intensivos.

Houve outros programas de formação que se seguiram como: o Projeto Casulo, implementado pela Legião Brasileira de Assistência - LBA, que pautou-se em ampliar ao máximo o atendimento da criança pequena, com custo mínimo.

Atualmente vem aumentando, gradativamente, a preparação dos profissionais de creche, na perspectiva de adequá-los à nova realidade.

Qualidades como “ser mãe”, “gostar de crianças”, “ser mulher” etc. cedem lugar à proposta mais elaborada de profissionalização que objetiva instrumentalizar o educador para desenvolver nas crianças aspectos cognitivos, afetivos e sociais, mediante a proposição de ações e atividades problematizadoras e integradas a outros profissionais, voltadas à faixa etária em questão e que busquem ampliar o universo sociocultural da clientela atendida. (BRAGAGNOLO, et al, 1998, apud VOLPATO; MELLO, 2005, p.725)

A ideia, por trás dessa visão, criava a demanda de profissionais que tivessem a competência para cuidar das crianças, assim como as cuidadoras, contratadas por família, sem ter a preocupação do ensinar e com o desenvolvimento psicológico e motor. Para esse trabalho assistencialista, não era exigido qualquer formação específica.

Com a LDB (1996) surgiu a necessidade de planejar ações educativas e de boa qualidade, o que demandava formar profissionais para a educação infantil, tão importante por ser a primeira etapa da educação básica. Junto com a referida lei, despontou a necessidade da qualificação profissional para todos que atuam na educação infantil, estabelecendo como regra geral, a formação superior em cursos de licenciatura, de graduação plena em institutos superiores de educação. Para os profissionais da primeira etapa da educação básica, a lei admite a formação mínima em nível médio.

Os processos de transformação da instituição levantam alguns pontos em relação ao profissional, relativos aos conceitos pedagógicos. São eles: liberdade didática; relação educador/família; profissionalismo.

O subsídio para credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil, vol. 2, Formação do profissional estabelece:

2.1 O docente de Educação Infantil tem a função de educar e cuidar de forma integrada da criança na faixa de zero a seis anos.

2.2 Os docentes de Educação Infantil devem ser formados em cursos de nível superior (licenciatura de graduação plena), admitida como formação mínima a oferecida e nível médio (modalidade normal)

2.3 A formação inicial e continuada dos profissionais de Educação Infantil terá como fundamentos: (a) associação entre teorias e práticas; (b) conhecimento da realidade das creches e pré-escolas, visando à melhoria da qualidade do atendimento, e, (c) aproveitamento, de acordo com normas específicas, da formação e experiência anterior em instituições de educação.

2.4 O currículo da formação inicial do profissional de educação infantil deve: (a) contemplar conhecimentos científicos básicos para a sua formação enquanto cidadão, conhecimentos necessários para atuação docente e conhecimentos específicos para o trabalho com crianças pequenas; (b) estruturar - se com base no processo de desenvolvimento e construção dos conhecimentos do próprio profissional em formação; (c) levar em conta os valores e saberes desse profissional, produzidos a partir de sua classe social, etnia, religião, sexo, sua história de vida e de trabalho; (e) incluir conteúdos e práticas que o habilitem a cumprir o princípio da inclusão do educando portador de necessidades especiais na rede regular de ensino.

2.5 Formação e profissionalização devem ser consideradas como indissociáveis, tanto em termos de avanço na escolaridade, quanto no que diz respeito à progressão na carreira.

2.6 A formação do profissional de Educação Infantil, bem como a de seus formadores, deve pautar-se pelos princípios gerais e orientações expressas neste documento. (BRASIL1998)

Algumas famílias, por considerarem a creche como substituta, por razões de trabalho da mãe, ou outro motivo, acham que ela deve substituir a figura materna ausente, reproduzindo o modelo de vida familiar. Este modo de conceber a assistência diurna das crianças acarreta alguns resultados como: desvalorizar o pessoal e seu trabalho; complicar o funcionamento adequado das Creches; e provocar sentimentos de culpa e rivalidades nos pais e pessoal da escola.

Essas considerações induzem o educador a libertar-se do modelo de substituto materno, ainda muito pesado, e a repensar o trabalho da creche em perspectiva profissional. Isto significa explorar e experimentar itinerários originais e singulares onde os educadores não sejam mais substitutos da mãe. (BONDIOLI; MANTOVANI, 1998, p.105).

O trabalho coletivo dos profissionais, com duas pessoas na sala comum (professor e um auxiliar), leva à convivência não só de um responsável pela criança, mas à divisão de tarefas que concebem em ambas as partes, num colegiado.

Para analisar as necessidades de formação de profissionais de realidades tão diversas pesquisadores envolvidos com a Educação Infantil no Brasil, têm buscado soluções em cursos específicos para profissionais que já atuam nesta área (ROSEMBERG, 1993), discutindo a formação de maneira ampla, revendo os currículos atualmente em vigor, além de trazer experiências significativas em formação continuada.

Alguns pesquisadores destacam a importância de incluir um novo perfil para o professor deste nível de escolaridade, considerando que, além da formação acadêmica, é necessário considerar questões relativas à ética, à cidadania, e ao preparo para atuação com demais envolvidos. A educadora de creche como uma profissional responsável pelos cuidados básicos da criança, tem uma função, para a qual, a afetividade é o maior atributo, visto em expressões como: “ter jeito”, “ter amor às crianças”, “gostar”. O que define uma boa educadora de creche são características que não se referem à aquisição de conhecimentos acessíveis através de formação acadêmica, mas gostar do que faz ser reconhecida.

A formação e a valorização dos profissionais que trabalham na creche apresentam-se como um grande desafio e um elemento essencial para a melhoria da qualidade do atendimento à criança.

3.1 O PAPEL DO PROFESSOR

A atuação do professor na Creche é a peça chave na programação pedagógica, auxiliado pelo coordenador pedagógico, planejando e executando as atividades que possibilitam o bom desenvolvimento da criança. Para tanto o professor de creche realiza as seguintes atividades:

- Participar de treinamentos e se atualizar constantemente sobre o desenvolvimento infantil.
- Participar e subsidiar os planejamentos em geral da creche.
- Planejar anualmente e mensalmente os trabalhos pedagógicos integrando com as demais áreas do conhecimento e conteúdos básicos para a constituição de conhecimentos e valores.
- Os conhecimentos em espaço, tempo, comunicação, expressão, a natureza e as pessoas devem estar articulados com os cuidados e educação para a saúde, a sexualidade, a vida familiar e social, o meio ambiente, a cultura, as linguagens, o trabalho, o lazer, a ciência e a tecnologia.
- Participar da organização de eventos da creche cuidando para que as crianças também participem de sua organização, execução e compreendam seu significado e sempre preocupado com a independência e autonomia da criança.
- Manter contatos formais (reuniões) e informais com as famílias.
- Avaliar seu trabalho continuamente.
- Preocupar-se em conhecer o grupo de crianças com que trabalha, registrando suas observações.
- Avaliar constantemente o desenvolvimento das crianças e do grupo com que trabalha.
- Integrar as experiências familiares das crianças aos conteúdos e atividades desenvolvidos na creche. Quando possível estimular que os familiares participem das atividades.
- Organizar o espaço físico e os materiais necessários ao desenvolvimento de atividades como: salas de atividades, banheiro, refeitório, espaço externo, saídas.
- Após a realização de atividades reorganizar espaços e materiais com auxílio da criança.
- Planejar e executar as rotinas diárias de modo flexível, é que transmita segurança às crianças.

O professor infantil deve ser ótimo observador, assim saberá diagnosticar com que criança está lidando, como ela interage e seu comportamento, se resiste a regras ou as aceita, se abre mão com facilidade ou briga pelos seus desejos.

Na creche a relação criança e adulto assimila ativamente as habilidades que foram construídas pela história social ao longo do tempo: ela aprende a sentar, a controlar os esfíncteres, a falar, a sentar-se à mesa, comer com talheres, a tomar líquidos em copos, etc. com as intervenções do adulto.

É importante analisar que, no espaço escolar, essas relações sociais ocorrem durante todo o tempo, a educação e a formação humana se fazem para além da sala de aula, são partes de um processo muito mais amplo.

Pensar sobre a formação acadêmica do professor de creche, precisa refletir sobre os aspectos que exercem a influência em sua docência. Ao longo da história os fazeres da primeira infância ganharam a conotação de somente “cuidar” preservar a integridade física da criança, sem a preocupação do que estava sendo realizado e passaram a ser vistos como “atividade de mulher” o que não exigia qualificação.

O professor de educação infantil, por envolver a relação cuidar e educar, está associado a visão romantizada, mas o amor dentro deste nível está relacionado a se ter competências no que se faz, como, objetivos claros em relação ao nível educacional em que se atua, pois é fundamental esta relação dentro da educação infantil para o desenvolvimento humano. Além de se acrescentar a esse profissional o amor pela própria profissão e por isso a permanência nela, o que significa buscar por melhores condições de trabalho. (FREIRE, 2000, apud SOUZA, 2010, p.3)

3.2 CUIDAR E EDUCAR

O novo paradigma na educação infantil, a associação entre o cuidar e os conteúdos pedagógicos, deve ser oferecido à criança em oportunidades de bem-estar, integradas ao espaço social de educação dentro da creche.

(...) educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis. (RCNEI, 1998, p. 23)

A parte do cuidar é entendida como:

(...) valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos específicos (...) Para cuidar é preciso antes de tudo estar comprometido com o outro, com sua singularidade, ser solidário com suas necessidades, confiando em suas capacidades. Disso depende a construção de um vínculo entre quem cuida e quem é cuidado. (RCNEI, 1998, p. 24,25)

O cuidado, envolvido com a educação, precisa permear todo o projeto pedagógico de uma creche. Trata-se da filosofia de atuação que prevalece em todo o planejamento. As famílias não procuram a instituição apenas para que proporcione aos seus filhos os aprendizados definidos no currículo escolar, buscam compartilhar com os professores e educadores o cuidado e a educação de seus filhos. Esperam que estes sejam acolhidos em suas particularidades e suas necessidades variadas.

O cuidado e o afeto estão sendo deixados em segundo plano dentro da instituição, para a priorização de conteúdos na educação infantil. No entanto esta fusão entre cuidados e educação não poderá ser dissociada.

Oliveira (2005, apud SOARES, 2010) discute sobre as práticas pedagógicas, numa visão sobre o educar e cuidar de maneira educativa, diferenciando o cuidar de casa com o cuidar da escola, que busca a autonomia da criança e seu desenvolvimento.

É importante o papel do professor neste início da vida do bebê, mas essas atividades de cuidados geralmente são atribuídas para os profissionais de menor salário e/ou status: berçaristas, auxiliares ou atendentes.

Na proposição de Rosemberg (1989), o termo cuidado, ao substituir a palavra guarda na educação infantil, passa a designar uma função de educação do professor e um objetivo da creche, assumindo pelo menos três sentidos amplos diferenciados: (a) proteção física da criança, (b) serviço complementar à família e (c) atenção à individualidade.

3.3 A ESTRUTURA DA CRECHE

O espaço organizado da creche deve propiciar uma rotina adequada para que uma proposta pedagógica seja contemplada no ambiente de interação das crianças, além de orientar as crianças no espaço-tempo.

Quanto ao espaço educativo, a creche deve oferecer um espaço cada vez mais estimulante para a exploração da criança, pois elas são muito ativas, falantes, curiosas e não conseguem ficar paradas.

Desde o nascimento, o bebê precisa ser estimulado com brincadeiras prazerosas, de bem estar, que desafiem suas capacidades. É tocando, mordendo, chutando, dançando, pegando e transpondo obstáculos que eles assimilam conhecimentos. O professor deve ter 3 propostas, ideias e materiais adequados sempre ao alcance da criança, com espaço adequado de exploração, estimuladas passa despercebido.

Ao incentivar as crianças a cada conquista que elas fazem, deve valorizar suas ações de colaboração e solidariedade, precisa ter consciência de que o tempo de brincar deve ser flexível e de que nada tem um resultado imediato. A ausência de diversidade compromete a autonomia, que é a capacidade de conduzir e tomar decisões por si próprias, levando em conta regras e valores. O exercício da autonomia deve ser mais do que um objetivo a ser atingido, deve ser o princípio das ações educativas.

Com atividades diversificadas, as crianças vivenciam diferentes situações de aprendizagem, buscam conhecer as próprias necessidades, preferências e desejos ligados à construção de conhecimento e relacionamento interpessoal. Esse trabalho tem função decisiva na formação pessoal e social e na construção da autonomia das crianças, já que não necessita de um controle direto do professor. Por outro lado, permite que ele observe mais atentamente seus alunos.

4. PESQUISA DE CAMPO

Para validar os dados obtidos sobre a formação do professor e o desenvolvimento pedagógico das crianças na creche, foi elaborado um questionário com 7 perguntas, aplicado para 8 professores de creche, tanto pública como privada, do município de São Roque, sendo que somente 7 fizeram a devolutiva.

Pergunta Nº 1 - Como a creche tem desempenhado o seu papel pedagógico com as crianças de zero a três anos? Elas têm apresentado resultados condizentes com o trabalho do professor?

Respostas:

1ª Entrevistada: O trabalho pedagógico em creche tem sido realizado de acordo com a capacidade e a idade dos educandos, para tanto é preciso usar materiais concretos (jogos de encaixe) e também explorar a parte lúdica (danças, músicas, etc.). O trabalho que realizo condiz com a realidade dos alunos.

2ª Entrevistada: Ela procura propor atividades diversificadas para que haja um pleno desenvolvimento das crianças. Sim.

3ª Entrevistada: Com atividades artísticas, matemática, atividades de linguagem oral e escrita, muitas brincadeiras, manuseio de materiais diversificados; músicas; atividades que desenvolvam a autonomia das crianças.

4ª Entrevistada: Sim, os alunos desenvolvem no decorrer do ano letivo a linguagem oral, linguagem corporal e a sociabilidade entre os demais.

5ª Entrevistada: Em partes a creche atende aos pré-requisitos do papel pedagógico, mas é mais através da equipe, tem pouco material e o espaço não é o ideal, em se tratando de creche. Acredito dentro de todas as situações, tanto os professores quanto as professoras, procuram a melhor maneira de realizar seu papel, mas com muitas dificuldades e inadequações.

6ª Entrevistada: Sim, são feitos planejamentos anuais de acordo com a faixa etária e, como é uma escola privada, são estabelecidos conteúdos adequados conforme o sistema e são realizados projetos que ajudam no dia a dia. É visível o progresso dos alunos a cada etapa.

7ª Entrevistada: Nossa equipe procura garantir que as crianças possam desenvolver a comunicação oral, expressando seus desejos e sentimentos em um ambiente estimulante, fazendo adaptações para que se torne cada vez mais seguro e aconchegante.

Comentário: Pelas respostas obtidas, percebe-se o empenho da equipe escolar para desenvolver uma educação de qualidade, onde demonstraram que se esforçam mesmo em situações adversas, para apresentar um ambiente adequado, onde as crianças possam se desenvolver felizes.

Pergunta Nº 2- Qual a percepção dos professores desta instituição quanto ao seu papel de educador?

Respostas:

1ª Entrevistada: Percebo que meu papel como educadora faz diferença na instituição, estou sempre me atualizando para atender aos alunos e com suas dificuldades.

2ª Entrevistada: Acredito que de forma benéfica, pois procuro fazer o melhor para as crianças.

3ª Entrevistada: Os professores têm uma preocupação com o planejamento, a organização das atividades, das brincadeiras, tudo com objetos de um melhor desenvolvimento dos alunos.

4ª Entrevistada: Estabelecer um vínculo afetivo para que aprendizagem seja prazerosa.

5ª Entrevistada: Às vezes, tornam-se um pouco cansativas, pois temos que enfrentar vários problemas diariamente, falar sobre e não ser solucionados.

6ª Entrevistada: As professoras e as auxiliares fazem um trabalho conjunto, com principal objetivo de garantir o bem estar físico e psicológico das crianças.

7ª Entrevistada: Ótima, eles preparam e capacitam seus professores para que se sintam seguros no papel do educar.

Comentário: Verifica-se que as professoras tem consciência da importância do cargo que exerce e mesmos com alguns empecilhos o que é normal infelizmente nas creches em que pesquisei tanto o público quando particular, há uma grande preocupação com o desenvolvimento físico e psicológico das crianças mesmo em alguns casos sem o apoio da coordenação.

Pergunta Nº 3 – O espaço físico da creche é adequado para desenvolver atividades que busquem o desenvolvimento das crianças de zero a três anos?

Respostas:

1ª Entrevistada: Sim, é amplo, adequado para o meu trabalho pedagógico.

2ª Entrevistada: Na minha opinião não, pois as salas de aulas são pequenas não tem salas de vídeo e nem brinquedoteca e o parque não tem caixa de areia que é ótimo para as crianças.

3ª Entrevistada: Em nossa creche não há quadra coberta, parque coberto, tanque de areia, as atividades são desenvolvidas dentro da sala de aula, ou no pátio.

4ª Entrevistada: Sim, tanto o espaço físico como o ambiente da sala proporciona o desenvolvimento cognitivo dos alunos.

5ª Entrevistada: o espaço da creche não é totalmente adequado, é bastante adaptado para atender as necessidades, mas percebe-se que não foi planejado para atender a creche.

6ª Entrevistada: Como se trata de uma creche municipal o espaço necessita de alguns ajustes para se adequar as necessidades dos nossos alunos, nossas salas são pouco ventiladas e algumas são pequenas, não há um espaço externo adequado para as crianças menores de três anos.

7ª Entrevistada: Sim, é amplo e completo, existem espaços adequados como brinquedoteca, mini cidade e até laboratório que são explorados uma vez na semana.

Comentário: Observei que as professoras que ficam com as crianças faixa etária de 1 ano estão satisfeita com o ambiente físico, mesmo porque ficam só dentro da sala de aula; algumas vezes vão para o solário , mas não ocorre o mesmo com as professora que ficam com os maiores de 2 anos, pois e bem diversificado a rotina. O ambiente é pequeno e adaptado a creche da rede pública era uma EMEI na década de 90 e tinha apenas 3 salas, um refeitório e o parque. Hoje 2013 a creche tem 150 alunos com 3 berçários, 2 mini maternal, 3 maternal.

Um parque pequeno, como a professora relatou não tem caixa de areia, poucos brinquedos que em alguns casos estão quebrados.

No sistema particular também falta espaço físico, a infraestrutura é adequada para um número reduzido de alunos, pois não tem limite de alunos por salas, comparando o público com o particular, na instituição que pesquisei o público atende 15 alunos (no máximo) por sala, com professor e auxiliar no maternal, 1 professor e 2 auxiliares no mini-maternal e no berçário 1 auxiliar para cada 6 bebês. A creche particular não tem capacidade para tantos bebês e crianças, mas enquanto tiver pais matriculando, eles estão aceitando, sem pensar no bem estar das crianças e dos profissionais.

Pergunta Nº 4 - Ser professora da Educação Infantil foi uma escolha pessoal sua? Você se sente realizada?

Respostas:

1ª Entrevistada: Desde sempre queria ser educadora começando com o 1º curso (Magistério) ao qual me identifiquei na educação Infantil, me sinto realizada por saber que consigo fazer a diferença dentro e fora da sala de aula.

2ª Entrevistada: Sim, sempre me espelhei em meus professores e como gosto muito de crianças por este motivo escolhi esta profissão.

3ª Entrevista: Sim. Sempre tive a perspectiva de transformar o mundo, transformar as crianças e fazer com que elas cresçam em um mundo melhor.

4ª Entrevista: Foi uma escolha minha, a realização vem do carinho e das conquistas de cada aluno.

5ª Entrevistado: Ser professora foi uma alternativa, pois tinha feito outros cursos que não deram muito certo. Mas eu gosto muito do que faço, me sinto feliz. Sim, sinto que posso ensinar e aprender todos. Os professores têm uma preocupação com o planejamento, a organização das atividades, das brincadeiras, tudo com objetivo de um melhor desenvolvimento dos alunos.

6ª Entrevistada: Sim, mas decepcionada em alguns momentos.

7ª Entrevistada: Sim, sinto que posso ensinar e aprender todos os dias e o reconhecimento dos alunos é significa o melhor.

Comentário: Todas as respostas foram inspiradoras e motivadoras, mas somente no papel a realidade e outra. As professoras gostam de lecionar, mas a desvalorização constante tanto dos pais quanto da política educacional, faz com que estas professoras brilhantes vão se apagando com o passar do tempo por culpa da sociedade brasileira.

Pergunta Nº 5 - Há quantos anos você leciona nessa instituição? Compare o início da sua carreira e hoje.

Respostas:

1ª Entrevistada: Há 7 anos, com o passar do tempo fui enriquecendo ainda mais o meu currículo buscando aperfeiçoamento em cursos e outras faculdades; a realização no trabalho acontece no dia a dia quando o educando demonstra avanços significativos na sua aprendizagem.

2ª Entrevistada: Nesta instituição leciono a 2 anos mais já sou formada a 10 anos.

3ª Entrevistada: Faz cinco anos, que sou efetiva na rede.

4ª Entrevistada: Nesta instituição 3 anos. No começo tive bastante dificuldade de direcionar o trabalho pedagógico, hoje com mais experiência e, vivencia da rotina da creche, onde eu posso recriar e criar o conhecimento.

5ª Entrevistada: Eu entrei esse ano, mas na prefeitura estou há 1 ano e meio, e dando aulas há 4 anos, trabalhei como auxiliar 5 anos, agora percebo que cada dia melhora as didáticas, como você organiza a sala, mas procura sempre diferenciar ao que já dei de acordo com a sala.

6ª Entrevistada: Há 5 anos. Quando iniciei era insegura em relação a métodos se está correto, mas com pesquisando e preparando atividades, aprendendo com outras professoras

novas ideias e avaliando o tinha resultado positivo. Hoje tenho segurança do que exerço, passei a conhecer melhor o comportamento das crianças e reconhecer o perfil da sala e buscar o melhor resultado durante o ano letivo.

7ª Entrevistada: Há 5 anos, se houver alguma comparação é apenas de processo, pois a cada ano há novos desafios. Eu entrei esse ano, mas na prefeitura estou há 1 ano e meio, e dando aulas há 4 anos, trabalhei como auxiliar 5 anos, agora percebo que cada dia melhora as didáticas, como você organiza a sala, mas procura sempre diferenciar ao que já dei de acordo com a sala.

Comentário: verificamos que algumas já obtiveram experiências em creches trabalhando como auxiliar infantil e outras já estão na educação há tempo considerável, observei que estão naquela unidade por que gostam, mesmo com grandes problemas que têm. Já no sistema particular estão aguardando uma vaga na rede pública.

Pergunta Nº 6 – Você participou ou participa de algum programa específico para a formação de professores para atuar na educação infantil?

Respostas:

1ª Entrevistada: Sim, estou sempre renovando meus conhecimentos em cursos de aperfeiçoamentos.

2ª Entrevistada: Já participei de vários cursos para trabalhar com crianças nessa faixa etária hoje estou fazendo nenhuma formação para trabalhar na educação infantil.

3ª Entrevistada: Já participei, porém hoje em dia na rede que atuo não há programas específicos para a formação de P.E.I.

4ª Entrevistada: Participei de curso de berçarista oferecido pela prefeitura de São Roque onde aprendi o papel do professor no berçário e suas expectativas.

5ª Entrevistada: Fiz pós-graduação em Educação Infantil.

6ª Entrevistada: Já participei, porém atualmente na rede em que eu trabalho não há um programa específico para formação de professores.

7ª Entrevistada: Sim, a cursos de capacitações que ajudam e tornam meu profissionalismo melhor e mais abrangente.

Comentário: Verificamos que há a preocupação em estar sempre atualizada e aprimorar seus conhecimentos e fazer o possível para ser colocado em prática, por que na educação a uma grande diferença entre a teoria e a prática.

Pergunta Nº 7 - Fale sobre sua formação acadêmica?

Respostas:

1ª Entrevistada: A escolha pela profissão se deu devido à vontade de poder ensinar e também aprender num ambiente educador onde tudo é novidade e a aprendizagem acontece aos poucos, mas com resultados gratificantes para o educador.

2ª Entrevistada: Sou formada no magistério há 10 anos, fiz faculdade de pedagogia a distância e hoje estou cursando pós-graduação que concluirei em Janeiro de 2014.

3ª Entrevistada: Minha faculdade foi excelente, sempre rica em pesquisa, com realização de atividades com construção de brinquedos, jogos; elaboração de planos de aula. Posso dizer que a faculdade orientou-me como atuar melhor em sala de aula.

4ª Entrevistada: Magistério, pedagogia, curso de extensões como: além das letras, PROFA, distúrbios de aprendizagem.

5ª Entrevistada: Eu me formei em 2008 no curso de pedagogia, fiz pós-graduação em Educação Infantil em 2011, tenho especialização em educação especial.

6ª Entrevistada: Na década de 90 concluí o curso do magistério e estou concluído a faculdade de pedagogia, optei pelo ensino a distancia pois trabalho na educação infantil no

período da manhã e no ensino fundamental como professora adjunto á tarde desta maneira foi possível conciliar trabalho e estudos e família.

7ª Entrevistada: Sou formada em pedagogia e procuro aprimorar meus conhecimentos através de cursos que me capacitem.

Comentário: Pelas respostas obtidas, percebe-se que todas têm uma formação hábil e outros cursos, têm interesse na atualização e aperfeiçoando de suas funções dentro da creche.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na creche é nítida a desvalorização e a falta de reconhecimento da nobre profissão de professor, que necessita de muita paciência e dedicação, pois está trabalhando com pequenos cidadãos em formação moral e ética, que serão o futuro da sociedade; sendo, por isso, primordial um desenvolvimento de qualidade nesta faixa etária, respeitando suas particularidades.

As desvalorizações do profissional de creche são feitas pelos pais e pelas políticas educacionais; professores de creches recebem um tratamento diferente em relação aos professores da rede pública que participam de cursos de capacitações oferecidos pela rede municipal, que em alguns casos as professores de creches não participam.

Há casos que os pais não se preocupam com o desenvolvimento cognitivo, não enviam os materiais para utilização em sala de aula, não há questionamentos sobre a utilização do material, pois na concepção dos pais a criança passa o dia somente brincando, para eles o professor é apenas um cuidador.

“O prestígio e salário das professoras de pré-escolas costuma ser mais baixo que os das outras faixas etárias. Quanto menor a criança, menor o “status” do educador” (Campos, 1994. p. 33, apud Sanches, 2004, p. 50)

A preocupação dos pais em deixar as crianças para trabalhar e realizar suas atividades e buscar, ao final do dia, seu filho fisicamente bem, sem arranhões e limpo, é o suficiente para a maioria dos pais, que não têm a mínima preocupação do que foi realizado durante o período em que ele esteve na creche.

Devemos ter cuidado, pois a sociedade está invertendo os valores, responsabilidades que são dos pais estão sendo depositados para a escola e para creche.

No sistema privado pesquisado o quadro é mais grave, pois a única preocupação da escola é a integridade física da criança, mesmo sem professor responsável pela sala, somente com auxiliares (a maioria sem experiência); contrata-se estagiárias para pagar um salário defasado e não tem um planejamento pedagógico por parte da coordenação, portanto é só cuidar, falta espaço físico, brinquedos, livros e não tem uma rotina, com isso às crianças são indisciplinadas.

Nestes meses de observação em creches pública e particular, notamos que alguns problemas são os mesmos, como: a relação pais/creches, alimentação, professores dedicados e outros dispersos no atendimento às crianças, cuidados básicos com as crianças, a falta de espaço físico.

Há uma grande diferença no papel pedagógico da creche pública de São Roque e o “berçário” particular, pois na creche observei a preocupação com o desenvolvimento cognitivo da criança, a busca por uma criança autônoma e que tenha responsabilidade com seus pertences, e que irão para EMEI preparados, é nítido a diferença dos alunos que frequentaram a creche em relação aos que são matriculados diretos, sem a terem frequentado.

Salienta a relação do profissional de educação infantil às práticas pedagógicas, nas situações do cotidiano da criança, a busca pela autonomia, envolvendo a criança como cidadã em práticas sociais, a cooperação no trabalho em grupo e o respeito ao próximo. (KRAMER,1993, apud SOARES, 2010, p.1)

Na EMEI, segundo a observação realizada, são crianças que desenvolvem melhor as atividades e têm mais independência para ir ao banheiro, comem bem sozinhas, cuidam dos seus pertences.

Observamos que as faculdades também estão se adequando com esta nova realidade - a creche fazendo parte da educação infantil, pois é algo novo para a sociedade brasileira, por isso a falta de reconhecimento até mesmo pelos próprios professores da área.

Finalizamos observando a necessidade de reflexão sobre a importância da identidade profissional de creche, na sua contribuição para a criança como sujeito social, considerando que as funções do professor, da família, e da sociedade devem caminhar de mãos dadas.

REFERÊNCIAS

BONDIOLI, Ana; MANTOVANI, Susana. **Manual de educação infantil de 0 a 3 anos - uma abordagem reflexiva.** trad. LEONI, Rosana Severino Di; ALBA, Olga. Porto Alegre: Artmed, 1998.

BRASIL, **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Distrito Federal, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1998, v. 1: Introdução.

BRASIL. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil/MEC/SEB**. Brasília, 2006.

BRASIL. **Ministério da educação e do desporto**. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de política da educação fundamental. Coordenação-geral de educação infantil. **Subsídios para credenciamentos e funcionamento de instituições de educação Infantil/MEC**. Brasília, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/scfie1.pdf>. Acesso, 24 de mar. 2013.

CAMPOS, Maria M. e ROSEMBERG, Fúlvia. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. Brasília: MEC/SEB, 6ª.ed, 2009. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/direitosfundamentais.pdf>> Acesso em 07/03/2013 Acesso em 08mar. 2013.

CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia; FERREIRA, Isabel M. **Creches e pré-escolas no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993 .

CAMPOS, Maria Malta. Consulta sobre **Qualidade da educação Infantil**: o que pensamos e queremos sujeitos deste direito. 2 ed. São Paulo: Cortez Editora ,2011

CARTAXO, Simone Regina Manosso. **Pressuposto da educação infantil**. 1.ed –Curitiba: Editora IBPEX,2011.

CRECHE: abrigo de crianças ou espaços de educação infantil? Disponível em: <<http://www.pedagogiaaopedaletra.com.br/posts/creche-abrigo-de-criancas-ou-espacos-de-educacao-infantil/>>. Acesso em 23 maio 2013.

MACHADO, Maria Cristina Gomes; Pascoal, Jaqueline Delgado. **A história da educação infantil no Brasil**: avanços, Retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. Revista HISTEDBR On-line.2009 Acesso em 05 de maio de2013. Disponível: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/33/art05_33.pdf. >

MARQUES, Vânia AparecidaValenti; SANTOS, Emilian F.C. Parece mágica mas não é. 2002.Acesso: 07 de nov. de 2013. Disponível<<http://www.avisala.org.br/index.php/assunto/espaco-educativo/parece-magica-mas-nao-e/>>

MICHELLI, Cláudia Regina Pinto; FISCHER, Julianne. **Infância na creche**. Um olhar inclusivo. Disponível em: <<http://saci.org.br/?modulo=akemi¶metro=17358>>. Acesso em: 07 mar.2013

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de Oliveira (org.). **Educação infantil: muitos olhares**. 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ROSEMBERG, FÚLVIA(org.). **Temas em destaque – Creche**. São Paulo: Cortez Editora e Fundação Carlos Chagas, 1989.

RUIZ, Jucilene Souza. **O surgimento da creche: uma construção social e histórica**. 2011. Acesso: 07 de mar.2013 Disponível: <www.5ebem.ufsc.br/trabalhos/eixo_02/e02b_t004.pdf>
_____. **Creche: um discurso acerca de seu surgimento**. 2007 Acesso: 07 de mar.Disponível:<http://cpan.ufms.br/old/encontro_pedagogia/2_Comunicacao_Oral/Comu08.pdf>

SANCHES, Emília Cipriano. **Creche: Realidade e ambiguidades**. 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

SPADA, Ana Corina Machado. **O cuidado e a educação no ambiente da creche – Considerações acerca dos aspectos históricos e da formação de professores**. 2007. Editora AEF. 25 maio 2013 disponível em:
<www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/33/art05_33.pdf>

_____. **Processo de criação das primeiras creches brasileiras e seu impacto sobre a educação infantil de zero a três anos**. 2005. acesso: 03 de jun.2013 .Disponível:<faef.revista.inf.br/.../iG3tNqxQCLnBRLr_2013-6-28-12-6-20.pdf>

_____. **Processo de criação das primeiras creches brasileiras e seu impacto sobre a educação infantil de zero a três anos**. Semestral – Edição Número 5 – Janeiro De 2005- Issn 1678-300x. Disponível em:
<http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/iG3tNqxQCLnBRLr_2013-6-28-12-6-20.pdf>. Acesso em 08 maio 2013.

SOARES,Juliana Cristina **.Identidade do professor de creche**. 8º Simpósio de Ensino de Graduação. Disponível em:<www.unimep.br/phpg/mostraacademica/anais/8mostra/4/431.pdf>. Acesso em 30 jun. 2013.

VOLPATO, Claudia Fernanda; MELLO, SuelyAmaral. Trabalho de formação dos Educadores de creche em Botucatu: Reflexões críticas.**Cadernos de pesquisa**, v.35, n.126, set/dez. 2005. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/cp/v35n126/a10n126.pdf>. Acesso em 01 ago. 2013.